

RCD no RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.882 - PE (2017/0016464-6)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
REQUERENTE : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADOS : **RENATA SALAZAR ABRANTES E OUTRO(S) - PE022360**
 VITOR YURI ANTUNES MACIEL - PE022411
 ÉDERSON LEITE BRAGA E OUTRO(S) - PI007862
REQUERIDO : **FABIO RODRIGO DE PAIVA HENRIQUES**
ADVOGADOS : **DANIELA DANTAS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PE025574**
 ARMANDO HENRIQUES DA SILVA FILHO - PE015668

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração manejado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra decisão por mim proferida, às e-STJ fls. 1.436/1.437, em que determinei o sobrestamento do recurso especial até a realização do juízo de conformação pela Corte de origem com o acórdão a ser proferido em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, bem como a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, com a respectiva baixa, para que essa providência seja efetivada.

A agravante sustenta que "o caso presente merece reconsideração em razão da divergência da matéria efetivamente julgada pelo Tribunal recorrido e o tema invocado (RE 960.429)" (e-STJ fl. 1.441).

Afirma que a hipótese dos autos refere-se à tentativa de efetivação de contratação de candidato em desacordo com regras previstas em edital de concurso público, sendo certo que o Tema 992 do STF trata acerca da competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado.

Sustenta que o tema relacionado à competência não foi objeto de análise na origem, carecendo, portanto, do prequestionamento.

A parte agravada apresentou impugnação (e-STJ fls. 1.449/1.452).

Passo a decidir.

Inicialmente, embora não seja cabível pedido de reconsideração contra decisão do relator que determina a devolução dos autos à origem para fins de realização de juízo de conformidade com precedente repetitivo, sopesando a natureza da pretensão ora deduzida e os princípios da economia e celeridade processuais, entendo por bem receber o presente como o pedido de distinção de que trata o art. 1.037, §§ 9º e 10º, do CPC/2015.

Feita essa consideração, verifica-se que não assiste razão à

requerente.

Com efeito, nas razões do especial, alegou o recorrente, além da divergência jurisprudencial, violação do art. 205 do Código Civil, do art. 5º do Decreto-lei 759/1969, do art. 10, § 2º, do Decreto 2.271/1997, e do art. 12, § 2º, da Lei 8.112/1990, sustentando, entre outros temas, a incompetência absoluta da Justiça Federal para o processamento e julgamento do feito.

Consoante assentei na decisão ora impugnada, uma das questões objeto do recurso especial teve a repercussão geral reconhecida pelo STF, nos autos do RE 960.429/RN, em aresto assim ementado:

DIREITO DO TRABALHO. DISCUSSÃO SOBRE COMPETÊNCIA. ART. 114, INCISO I, DA CR/88. FASE PRÉ-CONTRATUAL.

Possui repercussão geral a controvérsia acerca da competência para processar e julgar as demandas ajuizadas (por candidato a emprego público e empregado público) em face de pessoa jurídica de direito privado, na qual se discutem critérios para a seleção e admissão de pessoal nos seus quadros e eventual nulidade do certame. (RE 960.429 RG/RN, Relator Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno - meio eletrônico, DJe 13-06-2018).

Do que se observa, a pretensão deduzida no presente recurso especial guarda estreita relação com a tese firmada no aludido precedente, havendo a discussão acerca da competência para o julgamento do feito.

Ante o exposto, RECEBO o pleito de reconsideração como pedido de distinção, o qual INDEFIRO.

CORRIJA-SE a autuação, a fim de que a Petição 00394791/2019 passe a constar como pedido de distinção.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator